

Internet: <http://www.ans.pt> — E.mail: geral@ans.pt

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • € 0,75 • Ano XIII • Abril/Maio/Junho 2004 • Nº 57

E D I T O R I A L

Bloqueamento de carreiras exige medidas estruturantes

As medidas que terão sido aprovadas recentemente em reunião do Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM) e anunciadas pelo Almirante CEMGFA no Dia das Forças Armadas, no sentido de resolverem os graves congestionamentos de carreiras existentes, com especial incidência nos postos de 1Tenente/Capitão e Primeiro-Sargento, merecem-nos alguns comentários.

Provam inequivocamente a justeza e as razões das propostas que ao longo dos últimos anos a ANS tem apresentado aos órgãos de soberania e às chefias militares e que, como sempre afirmámos, as alterações ao EMFAR realizadas em 1999 pelo Governo e em 2000 pela Assembleia da República, se traduziram em oportunidades perdidas, pois em ambas as situações já eram conhecidas por estes órgãos de soberania as propostas de solução preconizadas pela ANS.

Provam, também, a necessidade da criação da figura estatutária de "Tempo Máximo de Permanência no Posto", como mecanismo fundamental de regulação das carreiras, como desde 1989 a ANS vem propondo e que, sem o empenho, a determinação e o combate coerente desenvolvido pelos Sargentos de Portugal e a sua associação representativa, as chefias militares e o Governo não teriam sentido tão claramente a necessidade de fazer qualquer coisa que minorasse os graves problemas derivados da não progressão na carreira.

Porém, as soluções aprovadas pelo CCEM não foram previamente alvo de apreciação das associações de militares, como determina a Lei, e muito menos estas tomaram parte no grupo de trabalho para o efeito constituído a nível do EMGFA/Ramos, mecanismo esse também previsto na mesma Lei, pelo que os resultados alcançados reflectem tão só a visão parcelar dos ramos, ignorando a sensibilidade das associações que, por força de lei, deve ser tomada em conta desde o início do processo.

As medidas aprovadas pelo CCEM são soluções meramente pontuais, pois têm como limite de aplicação a data de 31 de Dezembro de 2004, discriminando e impedindo o acesso à promoção dos Primeiros-Sargentos promovidos a este posto a partir de 1991, já que a partir de 2005 todas as vagas geradas serão ocupadas pelas centenas de supranumerários criados por esta medida.

As medidas encontradas esquecem, de todo, a situação de bloqueamento em que se encontram os Sargentos-Ajudantes, principalmente no Exército, muitos deles com mais de dez anos de permanência no posto e sem ter qualquer perspectiva de promoção.

Face ao reconhecimento, por parte das chefias militares e do Governo, da gravidade da situação e da necessidade de algo fazer para minorar os graves problemas existentes, entende a ANS terem sido criadas as condições para que, em vez de se tomar medidas pontuais, se tivesse procurado encontrar soluções estruturantes, como aque-

Continua na pág. 12

89.º PRESIDÍUM CELEBROU 25 DE ABRIL

EUROMIL EM LISBOA



Carreiras Soluções exigem-se

Pág. 5

Petição entregue na AR

Pág. 3

A Formação da Categoria Militar de Sargento

Mário Pereira

O Exército dispõe, de entre vários estabelecimentos de ensino, da Escola de Sargentos do Exército (ESE), criada pelo Decreto Lei n.º 275/81, de 01 de Outubro, com a finalidade de ministrar a instrução geral dos Cursos de Formação (CFS) e de Promoção de Sargentos (CPCS) do Quadro Permanente (QP).

Em 1990, o DL n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) e estatui "os princípios fundamentais que presidem à formação, instrução e treino, tendo em conta a valorização e o desejável aperfeiçoamento das capacidades para o exercício das funções militares e exige, a nível de ingresso e no âmbito da formação de base, para a carreira de Sargento dos QP (9.º ano de escolaridade para as diversas Armas e Serviços e o 12.º ano de escolaridade para o Serviço de Saúde), uma formação militar e técnica equiparada ao ensino Técnico - Profissional".

Havia, então, a necessidade de redefinir e "substituir o CFS (até aí ministrado), o qual não confere qualquer grau de escolaridade reconhecida pelo ministério da Educação, por cursos que confirmem qualificação profissional do nível 3 e respectiva equivalência ao 12.º ano de escolaridade, bem como a redefinição e reorganização da ESE de acordo com aqueles princípios".

É o DL n.º 127/93, de 22 de Abril, que vem instituir os novos princípios pelos quais a ESE iria funcionar, de acordo com os artigos:

"Art. 1.º - 1 - A Escola de Sargentos do Exército (ESE) é um estabelecimento militar de ensino profissional que tem por missão assegurar, através dos cursos nela ministrados, a preparação cultural, técnica e profissional-militar necessária ao ingresso e progressão na carreira de sargentos dos quadros permanentes. (...)

Art. 5.º - No âmbito das suas atribuições, e visando uma mais adequada prossecução dos seus objectivos, a ESE pode celebrar acordos, convénios e protocolos de cooperação com outras escolas profissionais, de ensino básico e secundário, ou outras instituições de reconhecida competência técnica.

Art. 6.º - 1 - Os cursos de formação de sargentos a ministrar pela ESE são criados e regulamentados por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional, da Educação e do Emprego e da Segurança Social, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército. (...)

Art. 7.º - São condições de acesso aos cursos de formação de sargentos o nível de escolaridade que para cada um dos cursos for definido e as exigências específicas decorrentes da natureza e objectivos do ensino ministrado pela ESE, que são estabelecidos no respectivo estatuto.

Art. 8.º - A ESE confere, através do curso de formação de sargentos, o correspondente certificado equivalente ao 12.º ano de escolaridade.

Art. 9.º - A selecção do pessoal docente da ESE rege-se pelos princípios definidos na legislação que regula as escolas profissionais".

Com DL n.º 127/93, procura-se fomentar a formação, não só, no âmbito restrito do militar como "força", mas também; como elemento de conhecimento e aproxima o indivíduo (que escolheu ser militar da Categoria de Sargento) do próprio Povo e Nação que defende, integra-o como elemento válido e reconhecido e não apenas como uma ferramenta com um fim exclusivo e limitado de mero servidor do estado ou da instituição.

É neste contexto que a ESE tem funcionado até ao presente ano lectivo (2002), findo o qual vai, mais uma vez, ser sujeita a uma reestruturação, ao que tudo indica, se traduzirá num profundo retrocesso.

Se, o que se pretende fazer com a Remodelação ou Reestruturação do CFS é apenas exigir que os candidatos passem a concorrer tendo, e muito bem, como habilitações mínimas o 12.º ano de escolaridade e depois frequentem, durante dois anos, um curso que lhes dá apenas e só conhecimentos e habilitações na área militar, perdendo-se, em definitivo, o reconhecimento da formação profissional e académica de base e de actualização, nomeadamente, a sua equiparação e equivalência com o ensino Oficial Nacional. Se assim é, as palavras empregues - Reestruturação ou Remodelação - não corresponde ao seu cabal significado, ou seja, Reestruturar



ou Remodelar significa modificar para adaptar às necessidades actuais; dar nova estrutura; reformular em novas estruturas; dar novas formas; MUDAR PARA MELHOR.

Como o que se pretende, no fundo, não é adaptar às novas necessidades, mudando para melhor, então o uso das palavras Reestruturar ou Remodelar devem de ser substituídas pelas palavras Retrocesso ou Regresso ao estado anteriormente vivido.

É incompreensível que chegados ao Século XXI, seja efectuada uma alteração regressiva na base ou essência que é a formação militar de Sargento, apresentando apenas como aspecto positivo a exigência para acesso ao CFS o 12.º ano de escolaridade, medida ou alteração que peca por tardia, pois, há muito que os Sargentos reclamam pela aplicação dessa evolução.

Seria suposto e desejável que a formação e instrução deveria seguir os princípios da evolução dos tempos, no entanto, não é o que pretendem fazer com a categoria militar de Sargento.

Quando a evolução tecnológica é mais exigente, os meios e sistemas de armas mais complexos, precisos e sofisticados; quando ao Soldado é atribuído e exigido maiores responsabilidades, maiores conhecimentos, maior destreza e capacidade de discernimento e decisão; quando a sua formação e instrução deveria ser adequada e de forma contínua para poder fazer face às mudanças e progressos verificados nos modernos Teatros de Operações, caso contrário será rapidamente ultrapassado e de pouca utilidade, é que se vai efectivar algo inimaginável - O REGRESSO AO PASSADO - com total desprezo pela dignificação de uma categoria de militares que há muito exigem e merecem serem vistos de outra forma, mas que os Chefes militares continuam a ignorar com um total autismo.

A riqueza de um Povo ou Nação não está no seu poder económico, mas na sua EDUCAÇÃO, INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO.

Como todos sabem, a educação e a formação profissional em Portugal e dos Portugueses, está na cauda da Europa. A tendência e a política, por parte dos governantes, para inverter essa situação é prioritária, existindo já quem proponha que se passe a escolaridade mínima obrigatória do actual 9.º ano para o 12.º ano e que a formação técnico-profissional é fundamental para o desenvolvimento da qualificação da mão-de-obra.

Na categoria militar de Sargentos do Exército, a aposta dos Chefes militares é na incultura; deformação profissional; desprestígio de uma categoria; negação do respeito e dignidade dessa categoria; ou seja "queda na máscara" e obediência "cega" ao chefe.

Os Chefes esquecem-se, porém, que quanto mais educação, melhor instrução e formação for ministrada a um militar, melhor será o seu desempenho, mais apto estará para ultrapassar as dificuldades que enfrentar, ou seja, melhor cumprirá a missão que lhe for atribuída.

É contra esta Reestruturação do CFS proposta e pretendida pelos Chefes militares que os Sargentos do Exército não concordam e exigem há muitos anos que a formação seja, sim, Reestruturada de molde a conceder aos futuros Sargentos uma:

- Valorização e Qualificação Profissional efectiva!
- Formação Profissional e Académica de base e actualização constante!
- Equiparação e Equivalência com o Ensino oficial Nacional e elevação do valor académico do CFS para Curso Superior de curta duração! ▲

COLUNA JURÍDICA DA ANS

Sobre as interpretações espúrias do Direito ao Alojamento e ao Subsídio Suplementar de Residência

Conforme é do conhecimento geral, e determina o artigo 118.º, n.º 2 do novo EMFAR, os militares, quando por motivo de serviço se encontram deslocados em área diferente daquela onde possuem a sua residência habitual, têm direito para si e para o seu agregado familiar a alojamento fornecido pelo Estado ou, na sua ausência a um suplemento de residência em termos definidos em diploma próprio.

Ora, o Decreto-Lei 172/94 de 25 de Junho, com as alterações que foram introduzidas pelo Decreto-Lei 60/95 de 7 de Abril, vieram regular a atribuição dos referidos direitos.

Dado que a Marinha não possui alojamentos para os agregados familiares dos militares que se encontram na situação de facto acima referida e os gastos com o pagamento do suplemento de residência cresceram para além do julgado razoável pela hierarquia, foi proferido pelo Almirante CEMA o Despacho 64/96, o qual em muitos aspectos derroga a Lei e de modo a que com o seu cumprimento aos militares da Marinha não lhe é fornecido o alojamento a que têm legitimamente direito, nem o suplemento de residência subsidiário devido pela não atribuição do alojamento, ao contrário do que acontece nos outros ramos.

Para atingir tal desiderato (não fornecer alojamento e não pagar suplemento), todos os militares que se julgam com direito ao suplemento de residência são obrigados a preencher o Anexo A às Normas Provisórias para Aplicação do Suplemento de Residência, no qual são colocadas questões e questões a responder, nomeadamente sobre o local onde têm a sua residência e onde se encontram alojados, cujo preenchimento e interpretação posterior pelos órgãos da Armada, se destina a invocar e fundamentar as razões do não fornecimento do suplemento em causa a que legitimamente os militares têm direito, ameaçando até com sanções disciplinares quem não preencha os referidos modelos!

Assim e de modo a terminar de uma vez por todas com este sonegar de dinheiro e direitos devidos aos militares, aconselha-se vivamente aos militares dos quadros permanentes a não preencherem o famigerado Anexo A e, em sua substituição, aquando da mudança de unidade por imposição, efectuar um requerimento, no qual depois de se identificarem e informarem onde se encontram a prestar serviço por imposição, e qual a sua residência habitual, requerem ao Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada que lhes seja atribuído alojamento para si e para o seu agregado familiar, juntando prova da residência habitual.

Mais, devem requerer que, "caso não seja possível fornecer o alojamento em questão, lhes deve ser pago o suplemento de residência conforme determina o artigo 7.º do Decreto-Lei 172/94", ficando com uma cópia datada carimbada e rubricada para prova da entrega do requerimento.

Sendo que a Marinha irá dificultar a interposição dos referidos requerimentos, dado que, com a interposição dos mesmos, se pode vir a acabar com as interpretações manifestamente ilegais que os seus Órgãos fazem da lei, esclarece-se que os requerimentos podem ser enviados por carta registada com aviso de recepção directamente ao Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada.

No entanto, atendendo às dificuldades, e diferentes formas que o desenvolvimento processual de tais requerimentos podem assumir, nomeadamente devidos a diferentes prazos, graciosos ou contenciosos, indeferimentos tácitos, ou parciais ou outros, habitualmente proferidos por entidades subordinadas incompetentes, devem os camaradas contactar a ANS, ainda que por escrito, para melhor informação.

Ficaremos satisfeitos se, com esta elucidação, se contribua para começar a impor na Marinha o respeito pelo primado da lei, que tão fugidio e arredado se mostra no Ramo, apesar dos mais de trinta anos já passados sobre o 25 de Abril. ▲

A REACÇÃO DO GOVERNO À ENTREGA DA PETIÇÃO DOS MILITARES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Petição na Comissão de Defesa

Uma delegação das associações militares portuguesas, composta pelo MGen Ferreira Pinto da ASMIR, SMOR Álvaro Martins da ANS, TCor Alpedrinha Pires da AOFA e Cabo Luís Reis da APA, entregaram, em 27 de Maio, no gabinete do Presidente da Assembleia da República, uma petição com 5.371 assinaturas de militares dos Quadros Permanentes, em que era solicitado que este Órgão de Soberania exerça a sua acção fiscalizadora sobre o incumprimento da lei no que se refere a direitos consagrados nas "Bases gerais do estatuto da condição militar" (Lei n.º 11/89, de 1 de Junho) e em vários dos correspondentes diplomas regulamentadores.

A entrega da petição motivou reacções do Governo, tendo a ASMIR, ANS, AOFA e APA emitido um comunicado, que transcrevemos:

"O Governo, através de Sua Excelência o Secretário de Estado da Defesa Nacional (SEDAC), reagiu antecipadamente a essa entrega, considerando, segundo despacho da Lusa referido por órgãos da comunicação social, que *"a petição (...) não faz sentido, porque nada do que está nesse documento o Governo deixou de negociar ou tentar resolver com as chefias militares", (...) "respondendo às aspirações de três gerações de militares: a dos antigos combatentes (...) a dos novos combatentes (dentro do modelo da profissionalização) e os actuais combatentes do quadro"*. Salientando ainda que as situações tinham sido herdadas do antecedente, entre elas a suspensão do pagamento do complemento de pensão de reforma, realçou a equiparação de remunerações entre os sargentos das Forças Armadas e os da GNR e as *"soluções pontuais, em termos de promoções"*, face ao facto de existirem *"militares há mais de 14 e 15 anos no mesmo posto"*, concretizadas pelo Governo de que faz parte, neste último caso *"conversando com as chefias militares e com as associações"*.

E se é conveniente lembrar que algumas das soluções apontadas por Sua Exa. o SEDAC, bem escassas face aos problemas existentes, ficaram incompletas ou implicaram novas distorções (como no caso do sistema retributivo, em que há militares de maior antiguidade auferindo menos do que camaradas seus do mesmo posto, mas mais modernos), o pretendo diálogo com as associações sobre as promoções não passou disso mesmo, na linha aliás da inaceitável relutância do Ministério da Defesa Nacional em dar corpo às competências consagradas na Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, persistindo, ainda por cima, a estagnação de carreiras nas praças e centenas de situações de permanências no mesmo posto por mais de 10 anos nas outras categorias, havendo mesmo situações em que são excedidos os dezoito anos.

No mesmo dia, as declarações de Sua Exa. o SEDAC aos microfones da TSF, a que o Governo fica inevitavelmente associado, terão que se considerar de uma extrema infelicidade, senão mesmo ofensivas.

Na realidade, fez corresponder a entrega da petição à época "eleitoral" que se vive e afirmou que há momentos em que *"os militares se devem indignar com as associações"*, pretendendo que os problemas estavam resolvidos ou em vias disso e que não era possível cumprir a lei no que diz respeito ao complemento de pensão de reforma porque os custos envolvidos provocariam uma situação insustentável para o Fundo de Pensões.

No que se refere ao momento de apresentação da petição, importa recordar que, por anteriores que sejam a este Governo algumas das questões (conforme aliás resulta claro do memorando que a acompanhou), o MDN, através dos órgãos próprios, dispõe de informação abundantíssima sobre as matérias em apreço, muita dela fornecida pelo movimento associativo.

E que, logo após a posse do actual Governo, as associações deram a conhecer a Suas Excelências os Ministros de Estado e da Defesa Nacional (MEDN) e SEDAC os problemas que vinham do antecedente, bem como os surgidos posteriormente, alertando-os para a urgência de os resolver e avançando inclusivamente com hipóteses de soluções.

O actual Governo teve, portanto, mais de dois anos para avançar pelo menos com as medidas urgentes.

Cumpre assinalar, também, que a convergência na acção por parte das associações, bem como a escolha do caminho a seguir e a sua concretização, foi um processo que levou algum tempo.

Agradecendo, por outro lado, o reconhecimento público, por parte de Sua Exa. o SEDAC, do incumprimento de pelo menos uma lei, no caso aprovada por unani-



PETIÇÃO

"Os militares portugueses, dos Quadros Permanentes das Forças Armadas, nas situações de Activo, Reserva e Reforma, abaixo assinados, solicitam aos Excelentíssimos Senhores Deputados da Assembleia da República que promovam o objectivo e integral respeito pela Lei no que se refere aos direitos associados às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (Lei n.º 11/89, de 1 de Junho), merecendo particular destaque, pelo significativo incumprimento que vêm conhecendo, as seguintes questões:

- Fundo de Pensões dos Militares;
- Complemento de Pensão de Reforma;
- Apoio Social e Assistencial."

midade na Assembleia da República, de que Suas Exas. os Primeiro-Ministro, MEDN e SEDAC faziam então parte como deputados, o que vem reforçar perante os seus concidadãos a razão de ser da petição, não podem as associações deixar de manifestar a sua indignação pela tentativa de politizar questões do foro sócio-profissional (com os correspondentes riscos para a coesão das Forças Armadas) e pelo atestado de menoridade intelectual passado aos mais de 5.300 militares dos Quadros Permanentes, na sua grande maioria no activo (e entre estes oficiais que integram o corpo de almirantes e generais), que assinaram a petição.

Tentativa de politização prosseguida por Sua Exa. o MEDN durante um jantar de carácter partidário que teve lugar em 29 de Maio, acusando "os promotores de um jantar de militares de aceitarem poder 'ser usados politicamente' pela oposição".

No fundo tudo se resume a uma pergunta: teria sido necessário apresentar a petição se a lei estivesse a ser cumprida e os problemas não existissem ou estivessem em vias de ser solucionados?

Como em tempos disse Sua Excelência o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, há quem entenda que as leis são meras sugestões que umas vezes são para ser cumpridas e outras não...

Petição em apreciação na Comissão de Defesa

No mesmo dia as associações de militares promoveram um jantar no restaurante da antiga FIL, na Junqueira, que reuniu cerca de duas centenas de dinamizadores da petição, tendo-se decidido continuar a recolha de assinaturas para que, após o período de férias, se proceda à entrega de uma adenda à petição.

A 23 de Junho, a ANS recebeu um ofício da Comissão de Defesa Nacional a informar que a petição foi aceite, tendo-lhe sido atribuído o n.º 87/IX/2.º, e que se encontra naquela comissão para efeitos de apreciação e parecer nos termos regimentais. ▲

Greve de fome versus dever de tutela



"Os chefes, principalmente, e em geral todos os superiores, não devem esquecer, em caso algum, que a atenção dos seus subordinados está sempre fixa sobre os seus actos e que, por isso, a sua competência, a sua conduta irrepreensível, firme mas humana, utilizando e incentivando o diálogo e o esclarecimento, sempre que conveniente e possível, são meios seguros de manter a disciplina. Serão responsáveis pelas infracções praticadas pelos subordinados ou inferiores, quando essas infracções tenham origem em deficiente acção de comando."

alínea 2) do Artigo 2.º do RDM - (Bases da Disciplina)

Nunca se pensou que tal fosse possível!

Nunca se imaginou que um militar tivesse que se ver obrigado a levar a cabo uma greve de fome para fazer valer os seus direitos!

Mas aconteceu... Em pleno século XXI... 30 anos depois do 25 de Abril...

No passado dia 27 de Maio o nosso camarada Joaquim Azevedo, 1SAR, paraquedista, reformado da Força Aérea, iniciou a sua greve de fome, em frente da porta do Ministério da Defesa Nacional.

Este nosso camarada sofreu um acidente em serviço em 1992, na sequência do qual esteve 719 dias de doença, 370 dos quais em incapacidade total.

Quando em Setembro de 2001, ao transitar para a Reforma, pediu a reabertura do processo para que lhe fosse atribuída a respectiva desvalorização resultante do acidente em serviço, nunca pensou que viria a ser sujeito a um tratamento tão incorrecto por parte da tutela ao longo destes 2 anos e meio.

Foi sujeito a 4 exames de sanidade (!) com atropelos constantes a nível de todo o processo administrativo.

De 2 em 2 meses requereu para que lhe fosse dada informação sobre o andamento do seu processo, sem obter qualquer resposta.

Chegaram a ser-lhe marcados exames médicos em Lisboa, notificando-o com um dia de antecedência, sabendo que vive no Norte do País...

Até que o camarada, vendo que a Força Aérea não resolvia o seu problema, decidiu iniciar uma greve de fome. E assim o fez...

Despediu-se da família, pegou no seu carro rumo a Lisboa e "abancou de armas e bagagens" em frente à porta do Ministério da Defesa.

Ali permaneceu durante seis dias, alimentando-se apenas de água, leite e uma colher de sal diária. Durante esses seis dias foi alvo de inúmeras visitas de camaradas solidários com a sua iniciativa e gerou mesmo uma grande onda de solidariedade entre o pessoal que presta serviço no EMGFA e no MDN, pela sua coragem, serenidade e determinação.

Finalmente, ao sexto dia, mas depois de várias tentativas para o demover dos seus intentos, a Força Aérea entregou-lhe o documento de convocação para ser presente à Junta de Saúde da Força Aérea, que era tão simplesmente aquilo que o camarada pretendia...

No dia 9 de Junho a Junta de Saúde reconheceu-lhe todas as suas pretensões, com retroactivos a Setembro de 2001.

Em causa estava uma desvalorização de 25% por acidente em serviço que fará crescer cerca de 150 euros mensais à sua pensão de reforma.

Mais uma vez se provou que: "Quem luta pode não vencer, mas quem não luta já perdeu!"

Parabéns, camarada Azevedo!!!

A solidariedade não pode ser nunca uma palavra vã! ▲

Basta de diálogo!

O tempo entrou em rápida contagem decrescente. A tão protelada "profissionalização" é hoje uma realidade tão inquestionável, quanto desejada pelo poder político. As suas consequências são óbvias e só não as vê quem não quer ver. São elas: aumento do Quadro Complementar (de contratados) e emagrecimento substancial do Quadro Permanente. Repito para quem não ouviu ou ainda não percebeu: aumento exponencial do Quadro Complementar e emagrecimento gradual e continuado do Quadro Permanente.

Em 2002, com a equiparação salarial à GNR, o actual Governo deu-nos um rebuçado (que nem sequer era um caramelo), e pensava que desta forma nos adoçava a boca por muitos e longos anos. Porém, cometia dois grandes erros: primeiro, pensavam que os sargentos não passavam de uns gulosos, que governavam as suas vidas com pequenas guloseimas; segundo, pensavam que os sargentos eram uns papalvos, que não sabiam defender os seus interesses e perceber o quanto estavam a ser enganados.

Depois, para cúmulo, ligamos o televisor e só ouvimos o Ministro da Defesa a falar em novos helicópteros e em mais aviões, em adquirir mais submarinos e em dar mais benesses aos novos contratados (aqueles a que ele chama de "profissionais"); e a anunciar o Dia das Forças Armadas, para promover a sua própria imagem e fazer campanha eleitoral.

Porém, em relação aos que já cá estão, aos que deram o seu melhor à Instituição e ao País, aos que já envergaram a farda há muitos anos, o ministro esquece-se sistematicamente e trata-os como se não existissem ou como se não contassem para o Tótopo... e estes últimos só pedem o direito a uma carreira justa!

A ANS, na sua boa-fé, foi ouvir o ministro e deixou-se embalar na sua música suave; a ANS analisou a difícil situação económico-financeira do País e aceitou fazer sacrifícios, pensando que estes eram pedidos a todos; a ANS ouviu as promessas do poder político e acreditou nelas, e voltou ao mesmo local, para escutar novas promessas.

Porém, dois anos passaram e os Sargentos continuam no mesmo posto; dois anos passaram e os sacrifícios só atingiram a classe média (em geral), e os militares e administração pública (em particular); dois anos passaram, e a única novidade que os sargentos receberam foi a diminuição do seu poder de compra; dois anos passaram e a quem podia realmente pagar a crise, não foi pedido nenhum sacrifício, aliás, até lhes baixaram o IRC.

Perante esta inegável realidade, que trata dos cidadãos portugueses com incrível discriminação, os Sargentos de Portugal vêem-se obrigados a dizer à Direcção da ANS:

"- Meus senhores, já basta de diálogo que não nos leva a lado nenhum, passemos mas é à acção!"

Assim, convirá, imediatamente após as eleições para o Parlamento Europeu, começar a pensar em tirar a farda número 1 do armário e colocá-la a arejar para tirar o cheiro a naftalina. Depois, quando ela estiver mais bem cheirosa e mais digna dos homens a que pertence, talvez não seja má ideia vesti-la e ir visitar os deputados à Assembleia da República, que já devem estar cheios de saudades nossas; ou então, porque somos cortesões e bem educados, ir com ela até à residência oficial do nosso Primeiro-Ministro ou do Ministro da Defesa, para lhes demonstrarmos quanto gostamos deles ou quanto lhes estamos gratos por estarmos cada vez mais na mesma.

E por fim, como corolário da nossa luta, também não seria descabida uma passeata fardados à sempre bonita baixa lisboeta, com o intuito único de ver montras, que os tempos difíceis e austeros não permitem outra coisa senão limpar as vistas.

O tempo urge e de uma coisa podem estar certos, camaradas, se esta coisa da "profissionalização" resultar, isto é, se for alcançado o objectivo principal de conseguir recrutar, para o regime de contrato, a massa humana necessária, corremos o sério risco de ir bater à porta do Ministério e ouvir o outro lado mandarnos "ir ao Totta" ou a qualquer outro banco, que agora já não precisamos de nós para nada!

Perante a gravidade dos factos, os Sargentos de Portugal não têm outro remédio senão apelar à Direcção da ANS:

"- Meus senhores, já basta de diálogo que não nos leva a lado nenhum, passemos finalmente à acção. Liderem-nos, que nós diremos PRESENTE!"

Caros camaradas, é chegada a hora de demonstrar ao senhor ministro que não gostamos da sua música de embalar; que não gostamos das suas promessas que nos ferem os ouvidos e tiram o sono, porque nunca são cumpridas; que já estamos cansados de ter sempre o mesmo posto e começarmos a desaprender o significado da palavra CARREIRA.

O fado é sempre o mesmo. Mas, se nos enganam e pensam que irão continuar eternamente a fazê-lo, os Sargentos de Portugal terão de saber dar a resposta adequada. E essa resposta não pode ser com mais conversa fiada, não pode ser com mais "ouvição". A nossa resposta é ir para o terreno lutar pelos nossos direitos, é ir para a luta batalhar pelo nosso futuro!

Obrigado.

RC ▲

Vencimentos na Armada CEMA reduz vencimentos de sargentos

Mais uma vez a Armada, recorrendo a pareceres jurídicos dignos de um Prémio Nobel da jurisprudência, vem atacar os direitos dos militares, nomeadamente a nível do sistema retributivo, agindo à margem da lei e indo assim amealhar uns cobres que tanta falta fazem nos já depauperados orçamentos familiares dos Sargentos. Senão, vejamos:

- A Armada retirou o diferencial de 5 pontos indiciários obtido por via da promoção, aos SAJ do 1.º escalão e que vinha já pagando há mais de 2 anos, assim como deixa de atribuir esses 5 pontos aos ISAR que entretanto são promovidos a SAJ.

- Um 2SAR, oriundo de Cabo no 7.º escalão, não lhe viu atribuídos os 5 pontos de diferencial, tal como aconteceu com os restantes camaradas do seu CFS. Como sabem, o vencimento de Cabo no 7.º escalão é igual ao de ISAR no 1.º escalão. Se a Armada atribuisse os 5 pontos de diferencial ao nosso camarada 2SAR, como a Lei prevê, este passaria a receber um vencimento idêntico ao de ISAR do 2.º escalão o que, ainda de acordo com a Lei, obrigaria a atribuir 5 pontos a todos os ISAR dos 3 ramos das Forças Armadas. Entenderam a artimanha?

- A Lei é bem clara neste aspecto: os militares têm direito a um impulso de 5 pontos quando progredirem de escalão ou quando são promovidos. Parece que para as chefias da Armada isto é irrelevante!

- Quanto aos Sargentos na Reserva o caso é diferente mas o resultado é o mesmo. Mais uns cobres para os cofres da Armada... Quando se aplicou o DL 207/2002 (equiparação aos vencimentos da GNR) ao pessoal que passou à Reserva sem ter os 36 anos de serviço militar cumpridos, este pessoal foi abrangido por esta legislação, na percentagem do tempo cumprido. Passados quase dois anos, sem mais qualquer explicação a Armada deixou de aplicar a tabela retributiva resultante deste Decreto Lei.



E assim vamos nós... Parece que vale tudo! É que esta coisa de não cumprir a Lei parece que está na moda e quando o exemplo vem do próprio MDN, então o futuro não se afigura nada risinho.

Esperemos sinceramente que o bom senso e o pudor impere e que seja reposta a justiça para com estes militares, para que mais uma vez não seja necessário manchar o bom nome das instituições nas barras dos tribunais, apenas porque quem manda, pensa que tudo pode! ▲

Os Militares e os Fogos Florestais

Soube-se, através da imprensa, que nós, os militares, vamos ser chamados a contribuir para as acções de prevenção e vigilância aos incêndios florestais. À luz dos acontecimentos, trágicos e dantescos do ano transacto, ninguém pode alhear-se destes problemas e devemos atentar, na medida do possível, para as medidas de prevenção e vigilância. Como é lógico e natural, a ANS, associase a essa preocupação.

Como se tratam de militares, certamente oficiais, sargentos e praças, não podemos ficar indiferentes sem reflectir com preocupação sobre o modo e as consequências possíveis de tais acções. Preocupações adensadas com a memória, embora distante, dos militares que morreram na serra de Sintra, no meio de um enorme incêndio florestal, e dos que anualmente perdem a vida no meio das florestas, em combate ou inadvertidamente cercados pelas chamas.

Essa dramática memória leva a ANS a colocar as seguintes interrogações, que visam a salvaguarda da vida e da dignidade daqueles que representam:

1. Como serão integradas no terreno as equipas de militares: numa perspectiva de Protecção Civil, pelos municípios, ou numa outra perspectiva, nos Corpos de Bombeiros?

2. Como irão ser resolvidos os problemas logísticos que uma operação desta envergadura envolve, com equipas totalizando centenas de homens disseminados por todo o espaço nacional?



gísticos que uma operação desta envergadura envolve, com equipas totalizando centenas de homens disseminados por todo o espaço nacional?

3. Como se irão organizar as escalas e os períodos de rotatividade para que a missão a atribuir a estes militares seja exequível e eficaz?

4. Que formação será dada a estes militares sobre os incêndios florestais, a sua progressão no terreno, as técnicas de fuga e de sobrevivência?

5. Será que os meios de engenharia todos os anos utilizados em colaboração com as autarquias locais, em obras também de manifesto interesse público, irão ser desviados para outras missões mais mediáticas mas, eventualmente menos importantes para as populações?

A ANS não questiona a disponibilidade para colaborar nesta meritória missão, mas realça a necessidade de definir os limites e clarificar as áreas de actuação. Não se pode levemente confundir colaboração e apoio com combate de primeira linha.

Estas são, de momento, as preocupações que a ANS deixa à reflexão pública, na certeza de que a sua ponderação será um contributo importante para que o desempenho dos militares possa efectivamente ser eficaz e corresponda àquilo que os portugueses esperam de nós. ▲

CARREIRAS

Não se preocupem! Está tudo a ser tratado!

Com o passar dos anos acabamos por verificar que a resolução do problema da falta de progressão na carreira dos Sargentos se tornou num dos mais difíceis desafios que a nossa categoria já enfrentou e que grande desgaste vai provocando nas fileiras onde a desmotivação e o descrédito na tutela atingem níveis verdadeiramente alarmantes.

A ANS desde há muito que vem alertando para a gravidade desta situação e tem contribuído com um conjunto de propostas sérias que resultaram de uma discussão ampla, mas em relação às quais os responsáveis do Ministério da Defesa e as chefias militares têm ignorado completamente. Basicamente ouvem-nos porque a isso são obrigados por Lei!

Será sempre lícito questionarmo-nos porque motivo é que a tutela persiste em não dar solução ao nosso problema, até porque institucionalmente, e até mesmo publicamente, já por diversas vezes concordaram que temos razão e que a situação é insustentável.

- Será que as nossas propostas não são razoáveis?

- Ou será que os militares se tornaram material descartável e que o objectivo da tutela é livrarem-se de nós com um mínimo possível de custos?

É que, de facto, sai muito mais barato ao Estado se passarmos à Reforma como 1SAR do que como SCH, e como as pensões estão a sofrer grandes cortes então o lucro ainda vai ser maior. Advinhem para quem vai ser o prejuízo!

Entretanto, temos sido confrontados com notícias veiculadas nas unidades, que nos dão conta de algumas propostas das chefias, para resolver o problema das carreiras. Curioso é que as chefias militares continuem a trabalhar nas matérias sócio-profissionais sem consultarem ninguém, contrariamente ao previsto na Lei de Defesa Nacional, aquela que essas mesmas chefias usavam para punir os militares antes de ter sido alterada em 2001. Bom... mas isso de cumprir a Lei parece que está cada vez mais fora de moda, pelo que já nada nos deve admirar...

Promoção por... escolha!

Mas, voltando a essas propostas, das quais, repito, a ANS não tem conhecimento oficial nem oficioso, consta que a chefia da Armada propôs uma alteração ao EMFAR na qual a promoção a Sargento-Ajudante e a nomeação para o Curso de Promoção a Sargento-Chefe passaria a ser feita por escolha e não por antiguidade como se faz actualmente. A justificação seria a de que tal medida aumentaria a motivação dos Sargentos... Imaginem!!

Uma outra proposta, esta do CEMFA e que tem sido amplamente divulgada pelo SMOR do GabCEMFA, embora com muito poucos detalhes, propõe que sejam promovidos a SAJ todos os 1SAR que tenham sido promovidos até 1990.

Então e os outros que foram promovidos depois de 1990?

E se os camaradas abrangidos por esta proposta (se for verdadeira) ficarem em supranumerário, quando é que abrirão novas vagas para a promoção a SAJ?

Como é que uma medida destas resolve o problema das carreiras?



Existe ainda uma terceira proposta que consta de uma iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do PCP, e que aguarda agendamento para votação na Assembleia da República, e na qual propõe que volte a vigorar para os 3 Ramos a norma que consta no EMFAR, que promove a SCH todos os SAJ que perfaçam 18 anos no actual e anterior posto e que reúnam as condições de promoção. Se bem se recordam essa norma só se aplicava à Força Aérea e caducou em Dezembro de 2001. De resto esta é também uma das várias propostas que têm constado nos documentos da ANS.

Por último, temos ainda as declarações públicas do Secretário de Estado da Defesa ao longo dos últimos meses em que, sempre que tomamos uma iniciativa, sempre que demonstramos a nossa indignação, o senhor vem para a imprensa dizer que não entende os motivos dos protestos porque tudo "está a ser tratado e será resolvido"...

Curiosamente, esta parte do discurso também coincide com a posição das chefias militares, que tentam a todo o custo passar a mensagem de que tudo está a ser tratado e que, como tal, os Sargentos devem manter-se calmos e serenos...

Quanto a nós, insistimos que temos de continuar a defender as nossas propostas, que são de conhecimento público e que já foram entregues em todos os órgãos de soberania, por várias vezes.

O que faz falta...

Na nossa opinião o problema da falta de progressão na carreira só se resolverá:

▼ Quando o MDN se decidir a fazer a revisão do Decreto-Lei N.º 202/93, que determina os quadros orgânicos das Forças Armadas e que se encontra caducado desde 1997. Os números de vagas que aquele Decreto-Lei estipula têm sido o grande entrave à progressão na

carreira dos Sargentos, especialmente, na Marinha e na Força Aérea;

▼ Quando as chefias militares cumprirem o estipulado no EMFAR no que respeita ao desempenho de funções adequadas ao posto, como fazem, de resto, na categoria de Oficiais. Cada posto tem as suas funções específicas e quando os Sargentos são promovidos devem-lhe ser atribuídas funções compatíveis com o seu novo posto. Este problema é especialmente grave a nível dos SCH e SMOR, onde a todo o momento encontramos situações verdadeiramente aberrantes e que lesam fortemente a categoria de Sargentos e as Forças Armadas, do ponto de vista da sua dignidade e reflectem uma alta incapacidade das chefias militares no que respeita à gestão do pessoal;

▼ Quando forem introduzidas no EMFAR normas que salvaguardem as situações em que os militares se mantêm no mesmo posto anos e anos a fio, por falha dos mecanismos normais de progressão na carreira, nomeadamente, estabelecendo os tempos máximos de permanência no posto;

▼ Quando o MDN e as chefias militares assumirem que só ouvindo as associações de uma forma séria e discutindo estas matérias em conjunto, se encontrarão as melhores soluções. As associações devem ser vistas como parceiros, que queremos ser, e não como adversários. O nosso compromisso primário é com os nossos camaradas e não com o poder político, como alguns gostariam que fosse...

Temos que continuar a insistir na nossa luta, pois de promessas estamos nós fartos, e propostas para dividir a categoria e iludir a opinião pública sofrerão da nossa parte a mais firme oposição.

Contamos convosco, pois é certo que unidos, atingiremos os nossos objectivos!

José Pereira ▲

Avaliação do mérito na FAP

Continuam a chegar até nós informações que em muitas unidades da Força Aérea, as avaliações do mérito continuam a ser feitas de forma incorrecta, desrespeitando o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Força Aérea (REAMMFA).

De uma forma geral a ANS, sempre que tem sido recebida em audiência pelo Gen. CEMFA, tem referido essas anomalias, no entanto verificamos que a Direcção de Pessoal continua a não fazer a correcta fiscalização dos procedimentos, pelo que mais uma vez deixamos aqui o alerta, para que sejam criados os mecanismos necessários para evitar estas irregularidades.

Passamos então a enumerar mais uma vez as anomalias que nos têm sido reportadas pelos nossos sócios e delegados, com a promessa de que não iremos desistir:

- Existem muitos SAJ e SCH com funções de chefe de sector, chefe de secção e equivalentes que são impedidos de dar, como primeiro avaliador, a avaliação dos militares de quem são chefes directos, contrariamente ao previsto no REAMMFA;

- Noutros casos verificamos que, alguns desses camaradas SAJ e SCH, fazem as avaliações a lápis e posteriormente o Oficial de quem dependem passa a limpo, altera o que entende e assina como se tivesse sido ele a avaliar (incrível!);

- Em inúmeros casos é o primeiro avaliador que dá conhecimento da avaliação ao avaliado, quando o regulamento é bem claro pois determina que deve ser o segundo avaliador a fazê-lo (excepto se não existir segundo avaliador, como é evidente);

- Várias situações são referidas em que o avaliado é levado a assinar em como tomou conhecimento da avaliação, mesmo antes do segundo avaliador ter assinado;

- A não entrega de um duplicado da ficha de avaliação na altura em que toma conhecimento. Em alguns casos nem mesmo quando requerido por escrito esse documento é entregue...sendo necessário recorrer aos tribunais!

- A existência de inúmeros casos de avaliadores que desconhecem o REAMMFA e que assumidamente nunca o leram;

- Casos em que Oficiais alteram avaliações ou dão ordem para alterar mesmo não sendo avaliadores;

Poder-se-á dizer que se existem tantas anomalias, porque razão não há um número correspondente de reclamações?

É simples! Os militares em geral também não têm um bom conhecimento do REAMMFA e principalmente, evitam fazer reclamações porque estas são normalmente muito mal vistas pelos seus superiores hierárquicos e temos mesmo conhecimento de casos que têm degenerado para situações muito desagradáveis e que seriam de todo evitáveis, se certos avaliadores se limitassem a cumprir o que o REAMMFA determina.

Nesta como em muitas outras situações a ANS apela mais uma vez aos Sargentos, que nos comuniquem situações irregulares de que tenham conhecimento, estando o nosso gabinete de apoio jurídico disponível para prestar qualquer esclarecimento ou apoio. ▲

EUROMIL em Lisboa

de cravos vermelhos ao peito

Teve lugar em Lisboa o 89.º Presidium da EUROMIL – Organização Europeia de Associações Militares. A organização deste Presidium em Lisboa, nos dias 26 e 27 de Março, partiu duma candidatura das associações militares portuguesas – ANS, ASMIR e AOFA – que assim quiseram associar este evento internacional às comemorações do 30º aniversário do 25 de Abril, proporcionando a todos os nossos camaradas europeus a oportunidade de connosco comungarem um pouco desta efeméride e poderem testemunhar da importância dessa data para os portugueses e do especial significado que ela tem para os seus militares.

Um Forum de discussão sobre o "Diálogo Social na União Europeia para/com os Militares"

Um dia antes da abertura oficial do Presidium, decidiram a ANS e a AOFA, aproveitando a presença de muitas das delegações participantes, organizar um Forum para discussão dos problemas relacionados com o tão mediático Diálogo Social Europeu, mas desta vez na perspectiva dos militares europeus.

Estiveram presentes, com apresentações próprias, o presidente da EUROMIL, Bauke Snoep (NL), bem assim como Emmanuel Jacob (BE), membro da Direcção da EUROMIL e da associação Belga, Rogério Marques e José Pereira, respectivamente da AOFA e ANS e Mika Oranen (FIN), da associação Finlandesa.

A moderação esteve a cargo do secretário geral da EUROMIL, Andreas Prüfert (GE) e dos presidentes da AOFA e ANS, respectivamente, Alpedrinha Pires e Lima Coelho.

O debate decorreu com grande participação e as apresentações foram ouvidas com especial interesse, em áreas tão vitais como Diálogo Social na UE, Higiene e Segurança no Trabalho, Tempo de Trabalho, Determinação de Salários e Benchmarking, Direitos de Participação, Negociação Colectiva e Audição.

Uma Abertura Oficial muito especial

A Abertura Oficial do Presidium teve lugar no dia 26 de Março. Entre os convidados encontravam-se, entre outros, representantes da Assembleia da República, na pessoa de deputados da sua Comissão de Defesa (PSD, PS, PCP e PP), do MDN (Dr. Alberto Coelho, director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar), dos CEMGFA, CEMA e CEME, da Câmara Municipal de Lisboa e de outras associações amigas.

Depois do discurso de abertura do presidente da EUROMIL e das palavras



General Garcia dos Santos

de boas vindas proferidas pelo presidente da ASMIR, em nome das três associações anfitriãs, o General Garcia dos Santos, na sua qualidade de Militar de Abril, proferiu uma alocução sobre a importância do 25 de Abril no desenvolvimento do associativismo militar.

No final desta intervenção, e depois de uma nota explicativa sobre o significado da "Grândola Vila Morena" como luz verde para a concretização das operações na madrugada do 25 de Abril, perante a surpresa de todo o Presidium e convidados, deu entrada na sala o "Grupo Etnográfico Amigos do Alentejo" do Clube Recreativo do Feijó, entoando aquela emblemática canção. A surpresa misturou-se com a emoção da maioria dos convidados e mesmo os nossos camaradas europeus não fica-



Tanja Valentin

ram indiferentes à carga emotiva de tal apresentação.

No final da sessão, foram inúmeros os participantes que se nos dirigiram a elogiar aquele momento e mesmo a reconhecer o clima muito especial que ali se viveu. Como pormenor significativo, a grande maioria ostentava ao peito o cravo vermelho que a ANS tinha depositado em cada lugar.

Ainda antes do almoço, o Grupo Coral Alentejano presenteou todos, participantes e convidados, com modas alentejanas que muito agradaram aos nossos camaradas da EUROMIL.

Um retrato de emoções e solidariedade

No rescaldo desta muito especial Sessão Oficial de Abertura, ao sairmos da sala, o nosso camarada Emmanuel Jacob, da CGPM (Central Geral do Pessoal Militar – Bélgica) e membro da Direcção da EUROMIL, fez questão de connosco partilhar uma pequena, mas comovedora história.

Em 1974, tinha ele 16 anos e militava na Juventude Socialista Belga. Os ecos do 25 de Abril em Portugal rapidamente chegaram ao centro da Europa e então o nosso amigo Emmanuel recorda as centenas de Cravos da Revolução de Abril que passou a vender pelas ruas de Bruxelas. Era uma maneira do povo Belga se congratular pela liberdade que começava a nascer em Portugal e também uma forma de angariar fundos que reforçassem a solidariedade entre forças pólicas congéneres.

E, ao mesmo tempo que, na sua aparente rudeza, nos confidencia este episódio gravado na sua memória e agora chamado à sensibilidade da sua profunda emoção, ao viver a mística dos cravos acenados ao ritmo da "Grândola Vila Morena", apercebemo-nos dum brilho cúmplice que lhe cintila no olhar e selamos o episódio com um abraço forte que nos transmite a grande estima que lhe merecemos.

Os trabalhos do Presidium

Durante os trabalhos do Presidium foram aceites como novos membros da EUROMIL duas associações, uma Francesa e outra Grega! O espectro da Europa, e não só a dos agora 25 da União Europeia, começa a alargar-se no seio da EUROMIL e cada vez mais esta necessidade dos militares europeus se poderem sentir representados por única estrutura, toma forma num número cada vez maior de aderentes a esta original concepção de "cidadãos em uniforme".

Os trabalhos prosseguiram com a análise das actividades da organização durante os meses transactos e a preparação do próximo Presidium, a ter lugar no Outono, em Budapeste, Hungria.



Emmanuel Jacob, presidente da CGPM-Bélgica, com Lima Coelho e Ernani Balsa



"Grupo Etnográfico
Amigos do Alentejo"
do Clube Recreativo do Feijó

O prazer de receber

As três associações anfitriãs desenvolveram um esforço significativo para que a presença das representações dos membros da EUROMIL pudesse ser assinalada com o habitual clima de camaradagem e hospitalidade que estamos habituados a proporcionar aos nossos convidados.

Para além de toda a atenção que as diversas delegações nos mereceram ao longo dos trabalhos do Presidium, reservámos ainda dois momentos lúdicos e de pura confraternização, através dos quais quisemos transmitir um pouco da nossa alma e do nosso coração português.

Assim, ainda na noite de sábado, dia 27 de Março, convidámos todos os participantes e familiares para um jantar típico no "Pátio Alfacinha", onde proporcionámos uma pequena sessão de fados que muito agradou a todos os presentes. A simpatia, a tipicidade e o bom acolhimento de toda a equipa daquele espaço lisboeta, foram alvo dos maiores elogios por parte de todos os presentes. Foi especialmente apreciado o ambiente verdadeiramente lisboeta que aquela casa faz transmitir através dos mais pequenos pormenores, desde a louça típica de barro até toda a envolveria do exterior, que consegue recriar um verdadeiro pátio popular, carregado de todo o simbolismo da Lisboa de outrora.

Este foi também o espaço e o momento escolhidos para uma singela mas sentida homenagem, por parte da ANS, ASMIR e AOFA, a uma figura da EUROMIL, que era e há-de continuar a ser, também, uma amiga – a Tanja Valentin – executiva do escritório da EUROMIL, em Bruxelas e responsável por toda a organização logística do Presidium que, por coincidência, fez desta reunião em Lisboa o palco para a sua

despedida, uma vez que abandonou o seu cargo para ir ocupar um, de maior importância e futuro na sua carreira, de secretária do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Cristão Democrata Alemão, no Parlamento Europeu.

Em nome das três associações portuguesas, foi-lhe oferecido um rico xaile de fado, em seda preta, que uma das fadistas presentes lhe ensinou a traçar, ao mais puro estilo fadista. A Tanja ficou mais linda ainda! E por tudo o que ela dedicou à causa da EUROMIL, pela simpatia que sempre soube irradiar e

pela amizade que nos foi merecendo, só temos uma palavra a dizer: - Good luck, Tanja!...

Mas, no Domingo de manhã, outra pequena surpresa reservámos a todos os nossos amigos. Uma ida ao Museu da Cidade, seguida duma visita guiada ao Castelo de S. Jorge.

Aqui, neste verdadeiro miradouro de Lisboa, tivemos oportunidade de transmitir um pouco da história da cidade e do seu encanto, às muitas delegações que ainda ficaram para usufruir deste programa social. A visita terminou,

após uma interessante apresentação multimédia sobre as origens e evolução de Lisboa, com um agradável buffet oferecido pela Câmara Municipal de Lisboa, na sala do trono.

Foram momentos agradáveis e de grande convívio que desejamos tenham servido como aperitivo a outras visitas ao nosso país de muitos daqueles nossos amigos.

Estava terminado mais um Presidium!... O 89.º, em Lisboa, Portugal! Quem é que há 30 anos atrás poderia imaginar isto, não fora o 25 de Abril? ▲



Abertura oficial com representantes da Assembleia da República, do MDN, CEMGFA, CEMA e CEME, associações de militares

25 DE ABRIL O Aroma dos Cravos

Este texto, de António Breda Carvalho, está integrado no livro "Uma Pequena Luz Vermelha e outros textos de Abril", editado pela Alma Azul, na sequência de uma iniciativa do SPRC – Sindicato dos Professores da Região Centro, o V Concurso Literário "25 Anos de Abril", por ocasião das comemorações do 25.º Aniversário da Revolução.

Foi ontem, meu filho, ao limpar o teu retrato, que senti a fragrância de cravos. Abri a janela e espreitei as flores que não existem no exterior. De súbito, como emergida da escuridão, lembrei-me de que Abril estava quase a florir. Tenho andado muito esquecida nos últimos tempos. Mas esquecer que este mês é o mês de Abril, aí, isto é que me faz doer bem fundo! Desculpa, meu filho, sabes que não é por mal. É esta velhice que começa a atraí-lo-me. Inspirei o aroma das flores que pairava no ar e sorri para ti. Larguei o pano do pó, fiz-te uma carícia no cabelo, aproximei o meu rosto do teu e vi que os teus olhos não tinham perdido ainda a esperança. Não resisti a beijá-los com ternura. Prometo, meu filho, que amanhã estarás à janela.

Nesse mês, aconteceu o dia mais feliz da minha vida, mãe!

Eu sei! Todos os anos me contas esse episódio. Queres manter viva a memória de Abril à distância de 30 anos (25 no original). E eu todos os anos te peço para me contares a tua história.

Hei-de contar sempre, até o último cravo murchar.

Era Abril e não saía de casa há dois dias, retido por uma gripe. As noites eram lentas e penosas, assombrado por fantasmas que me conheceram nas prisões. Valia-me a companhia da Rádio nessas noites de insónia e de febre.

Na madrugada do dia 25 de Abril escutei, admirado, a canção Grândola, Vila Morena, do meu amigo Zeca Afonso. Talvez devido ao estado febril, ou à circunstância inesperada em que a canção foi transmitida, sonhei que ela era o anjo anunciador de uma nova era. A partir desse momento não mais despreendi os ouvidos do receptor. Ia à janela repetidamente e espreitava o edifício da PIDE no outro lado da rua. Recebia, com bastante aborrecimento, o seu silêncio pesado e seguro. Sintonzava nervosamente todas as estações à procura da boa nova. Às quatro da madrugada, o Rádio Clube Português difundiu a mensagem por que tanto ansiava. Não era explícito o teor, mas a canção do Zeca Afonso dizia-me tudo. Quis saltar para a rua e tu, mãe, aconselhaste-me a não o fazer. Têmias a febre, o frio e o perigo no dobrar de cada esquina. Deixei-me ficar, cada vez mais agarrado ao aparelho. Finalmente, pelas sete da manhã, o RCP confirmava que a revolução era a flor que sempre habitara no meu peito. Ouço ainda nos meus ouvidos o comunicado transmitido nessa noite feita de suspense: "Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Conforme tem sido difundido, as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina." Não resisti. Indiferente à doença e aos teus rogos, vesti-me e saí para a rua.

Quando saíste, meu filho, exalavas o perfume dos cravos.

Corri loucamente à procura dos soldados de Abril. Fora personagem principal na luta clandestina; merecia agora ser figurante na revolução.

Eram dez horas quando senti um arrepiamento por todo o corpo. Mais do que a febre, era o temor de ver os cravos murchar na Ribeira das Naus. Houve aqui um choque de forças opostas. Felizmente, resumiu-se a uma pequena escaramuça, resolvida a nosso favor. Depois avançámos para o Carmo, com o objectivo de conquistar o Quartel da GNR. O cerco prolongou-se devido à resistência oferecida pelos sitiados. Recordo que o capitão Salgueiro Maia soube agir com serenidade num ambiente fortemente marcado pela impaciência e nervosismo dos civis. Olhava-se em volta e a paisagem humana era feita de soldados e populares. Das janelas, as pessoas assistiam sem medo à revolução. Ao fim da tarde, após algumas rajadas de metralhadora, o Governo rendeu-se. A população podia finalmente, e em liberdade, despejar todo o ódio que acumulara durante 48 anos.

Avançámos depois para a rua António Maria Cardoso. Era preciso romper a última bolsa de resistência. A multidão, aprendendo já a força da palavra liberdade, gesticulava o V de vitória e exigia a rendição dos pides.

Olhei para a nossa casa e surpreendi-te à janela. Tão linda que te vi, mãe, nesse teu ar de flor rejuvenescida. Acenei-te e sorriste-me. Atirei-te um beijo e tu correspondeste com um cravo que voou da janela para mim. Fiquei à espera dele, preso à nossa alegria.

E ainda hoje estás à espera do cravo que não chegou às tuas mãos, meu filho! Nesse instante, recorda-me a dor profunda, uma bala disparada do edifício da PIDE foi mais rápida do que o cravo.

O cravo não chegou às minhas mãos, mas cobriu Portugal inteiro!

Sim, houve a febre dos cravos durante bastante tempo. Houve o 1.º de Maio e outras manifestações cobertas de flores. Eu vinha à janela, nessas anos de intensa comemoração, e recebia no rosto a fragrância das flores.

Valeu a pena ter dado a minha vida por um cravo.

Pois valeu. Mas não quero desiludir-te: olha que os cravos começam a murchar. Estão a perder a cor e o aroma. Abre-se a janela e a rua aparece-nos triste e deserta. O ar que respiramos traz consigo o aroma do esquecimento e da indiferença. Hoje, as flores são outras.

Há que ter esperança, mãe!

Sim, meu filho; mas estou demasiado velha e cansada. Que esperança posso ter com esta idade?

Mãe, sentes a fragrância de cravos que se liberta de mim?

Desde ontem, meu filho! Desde há 30 anos (25, no original)!

Mãe, promete-me uma coisa: enquanto viveres, coloca-me sempre à janela no dia 25 de Abril. É preciso que a cidade capte o aroma dos cravos que se liberta do meu retrato. E, quem sabe, talvez um dia consiga apanhar o cravo que ficou suspenso no ar à minha espera. ▲

ANS comemorou 30.º aniversário 25 de Abril Sempre!

A ANS e o CSA-Clube do Sargento da Armada, o CSE-Clube de Sargentos do Exército e o CSFA-Clube dos Sargentos da Força Aérea realizaram, conjuntamente, um almoço comemorativo do 30.º aniversário do 25 de Abril, que teve lugar no Restaurante da FIL, no Parque das Nações, em Lisboa, no dia 4 de Abril.

Para além dos convidados presentes, que representavam associações congéneres e outras, nomeadamente, AOFA-Associação dos Oficiais das Forças Armadas, APA-Associação de Praças da Armada, ANMM-Associação Nacional dos Militarizados da Marinha, CPA-Clube de Praças da Armada, ASPP-Associação Sindical dos Profissionais de Polícia, SPP-Sindicato dos Profissionais de Polícia, esteve também presente o Sr. CMG Fernando Luís Caldeira F. Santos, representante da Administração da FIL, o qual, na madrugada do 25 de Abril de 1974 exercia funções de imediato da fragata NRP Gago Coutinho, que esteve no Mar da Palha, frente ao Terreiro do Paço. Muito se tem escrito sobre este episódio mas, temos para nós, que esta é uma página da história que ainda falta escrever para que se atribua "o seu a seu dono" e não se procure branquear episódios da nossa história mais recente. Acresce informar que o presidente da Associação 25 de Abril, Cor Vasco Lourenço, por motivos imprevistos de força maior, não pode estar presente. Registe-se o abraço fraterno endereçado telefonicamente aos Sargentos Portugueses.

Pela Comissão Organizadora proferiu uma intervenção o presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, que afirmou que "a conquista dos direitos até então negados – Justiça, Paz, Educação, Democracia e Desenvolvimento, foram caminhos abraçados de forma que queremos manter irreversível. Contudo, alguns direitos e garantias estão ameaçados e outros continuam por concretizar, alertando-nos para o facto de que tudo está em aberto e que afinal, vale sempre a pena continuar a lutar por um mundo melhor, como tão claro ficou naquela feliz madrugada".

A seguir, afirmou que "a comemoração do 30.º aniversário do 25 de Abril de 1974 decorre num enquadramento extremamente complexo da nossa vida colectiva, a que as Forças Armadas não poderão, nem deverão ficar alheias. Pela responsabilidade que detemos como herdeiros daqueles que acreditaram que era possível mudar e construir um mundo melhor, não podemos fazer de conta que não é nada connosco".

Acrescentou que "vivemos hoje uma fase de desclassificação da Instituição Militar, quer pela degradação dos meios materiais e humanos, quer pela degradação dos serviços de apoio social e assistencial, quer pelo incumprimento continuado de diversas leis.

"Vivemos uma fase de perigosos e sintomáticos sinais de prepotência por parte de algumas chefias, que tardam em entender que existimos também como parceiros, enquadrados por legislação recente, e que temos perante a Instituição e o País um contributo maior a dar.

"Apesar de repetidamente se argumentar com 'falta de verbas', gastam-se montantes elevados em campanhas publicitárias para atrair jovens para as Forças Armadas. No entanto, a melhor publicidade seria tratar com dignidade aqueles profissionais e contratados que abnegadamente, com brio e coragem ser-



viram e continuam a servir nas fileiras. Para quem prometer regalias para os que se querem atrair (sem ter a certeza de as vir a cumprir, como tem sucedido), se não existe a preocupação de resolver convenientemente os problemas daqueles que cá estão?

"Há vários anos que vimos denunciando o injusto e desmotivante bloqueamento das carreiras, tendo tido contudo, o trabalho sério de apresentar propostas tendentes a resolver este drama.

A terminar, Lima Coelho, referiu que "é neste quadro de desencanto, frustração, que tomámos

conhecimento de uma proposta da Marinha, agora repescada e divulgada pelo Exército, apresentada em Conselho de Chefes de Estado Maior, visando através de uma alteração ao EMFAR, que a promoção a Sargento-Ajudante e o acesso ao curso de promoção a Sargento-Chefe passem a ser por escolha.

"Ao invés de se procurarem soluções que acabem com os problemas, propõem-se medidas que agravam a situação, condenando muitos de nós a morrer no posto de Primeiro-Sargento. Absolutamente inaceitável!

"Os Sargentos de Portugal orgulham-se do legado que herdaram daqueles que ousaram acabar com o anterior regime, orgulham-se muito dos uniformes que envergam, orgulham-se do compromisso jurado no sentido de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, e farão tudo o que esteja ao seu alcance para que termine o continuado e lesivo incumprimento das leis e a insensibilidade demonstrada pela tutela perante as injustiças que sobre nós se abatem. Vale sempre a pena lutar!"

O director do jornal "O Sargento", Armando Parreira também proferiu uma intervenção, afirmando que "não podemos baixar os braços perante os muitos problemas existentes no quadro dos direitos, liberdades e garantias e na falta de operacionalidade adequada dos meios e equipamentos".

Salientou que "não estamos certos de que as nossas preocupações sejam sentidas por todas as forças políticas deste País. Não estamos certos de que o poder político tenha expressado, na verdade, a vontade prática de dignificar as Forças Armadas, criando as condições que lhe permitam estar condignamente ao serviço do País com as características essenciais que fazem delas elementos fundamentais do Estado.

A terminar apelou ao "reforço da unidade de todos os democratas e afirmarmos o nosso compromisso com Abril, por forma a permitir que o nosso povo continue em liberdade a construção da obra iniciada com o Movimento Militar que hoje comemoramos." ▲

ANMM comemorou 30 anos do 25 de Abril

Teve lugar em Vale de Milhaços no passado dia 25 de Abril, o almoço comemorativo dos 30 anos do 25 de Abril realizado pela Associação Nacional dos Militarizados da Marinha. Foi com imenso agrado que a ANS aceitou o convite e esteve presente neste evento, que possibilitou um tempo de convívio, troca de ideias e a comemoração de um dia especialmente caro para os militares. No final do almoço foram proferidas algumas alocuções sobre data e o estado actual. ▲

ENCONTRO DE SARGENTOS DA ÁREA DA GRANDE LISBOA

Sargentos manifestam indignação

No dia 20 de Maio, cerca de centena e meia de Sargentos da Área da Grande Lisboa, reuniram-se na Voz do Operário para debaterem as suas carreiras profissionais. No Encontro, a ANS apresentou um documento de apoio, que se publica, onde elencava as diligências efectuadas, ao longo dos anos, junto das chefias militares, governo e Assembleia da República, para a resolução do problema das carreiras dos militares Sargentos.

Para os Sargentos de Portugal e a sua associação representativa, a problemática das carreiras foi desde sempre uma questão fundamental, merecendo destaque prioritário e respectiva relevância nos Cadernos de Aspirações aprovados nos quatro Encontros Nacionais de Sargentos até hoje realizados. Sendo verdade que em determinados momentos da nossa caminhada associativa esta questão pareceu subalternizada, isso deveu-se única e simplesmente à mediatização que a nossa luta pelas correcções do sistema retributivo foi alvo, nunca por termos abdicado dos anseios sempre reafirmados, de conseguirmos alterações ao EMFAR que permitissem uma progressão nas carreiras justa, equilibrada e sustentada, como forma de reconhecimento da DIGNIDADE que nos é devida enquanto cidadãos em uniforme.

Foi com o contributo das nossas acções de luta, umas mais visíveis outras mais discretas, mas sempre com grande determinação, empenho e unidade, que o poder político teve que alterar o EMFAR em 1999. Contudo, nesta revisão, na qual várias das nossas propostas foram acolhidas, perdeu-se uma oportunidade histórica de mexer nos mecanismos reguladores das carreiras, como era nossa pretensão. Por isso solicitámos junto dos diferentes Grupos Parlamentares a ratificação do DL n.º 236/99 de 25 de Junho (que alterou o EMFAR) retomando as nossas propostas que tinham incidência sobre o desenvolvimento das carreiras. O objectivo da ratificação foi conseguido, dando azo à Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto, mas uma vez mais os partidos com assento parlamentar que sustentavam o Governo, optaram por não aceitar as nossas propostas nesta área.

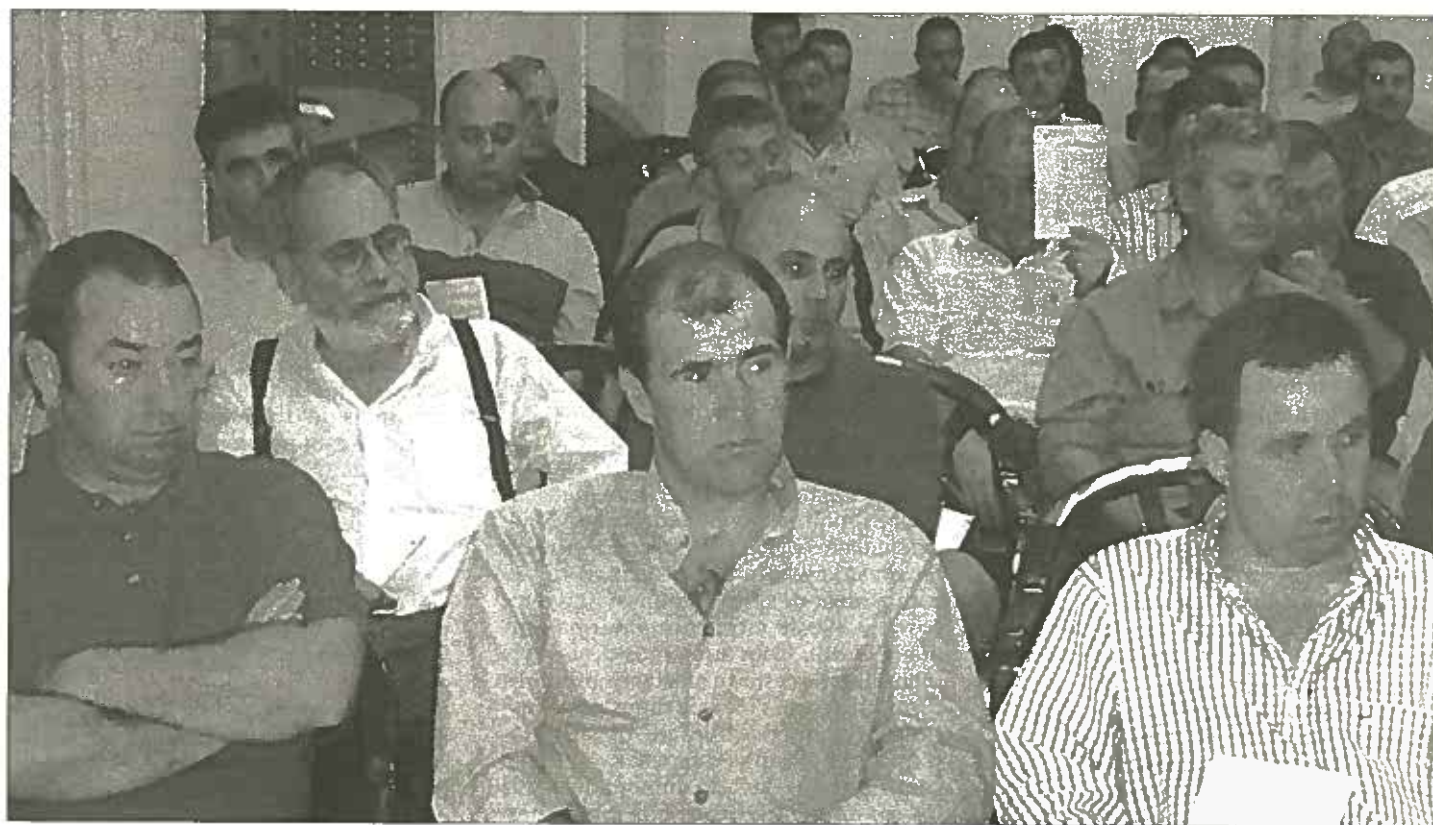
Esta insensibilidade levou-nos a encetar novas acções de luta que levaram à entrega na Assembleia da República em Março de 2001 de uma petição com mais de 8000 assinaturas contendo de novo as nossas propostas de resolução para o cada vez mais sentido e gravoso bloqueamento das carreiras dos Sargentos.

Face ao número de assinaturas que a petição recolheu, obrigando a sua discussão em plenário da A.R., tornou-se incómodo para os Grupos Parlamentares que tinham rejeitado as nossas propostas, adiando a sua discussão, procurando esquecer a sua existência ignorar tal facto.

A partir daqui encetámos um conjunto de acções junto dos Grupos Parlamentares, Governo, Chefias Militares e Partidos Políticos no sentido de desbloquear a situação.

Procurando não sermos exaustivos e por ordem cronológica, passamos a elencar as principais acções desenvolvidas:

✕ Em 22 de Maio de 2002, em audiência com o MEDN, a ANS entregou um memorando contendo os principais problemas sentidos pelos Sargentos, tendo à cabeça a questão das carreiras e as propostas de solução contidas na Petição entregue na A.R.



✕ Em 25 de Agosto de 2002 em nova audiência com o MEDN, defendemos que 2003 seria para nós o ano da resolução das carreiras, obtendo do Ministro o compromisso de que para ele também 2003 seria o ano da resolução dos problemas do pessoal, entre eles o das carreiras.

✕ A 14 de Janeiro de 2003 fomos recebidos em audiência pelo CEMA na qual, uma vez mais entregámos as propostas contidas na Petição.

✕ A 22 de Janeiro de 2003 audiência com o CEMGFA, onde, uma vez mais, esta questão foi debatida e entregues as nossas propostas.

✕ As comemorações do 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento – decorreu sob o lema "FORMAR, CUMPRIR, PROGREDIR", tendo os diferentes encontros comemorativos ratificado a decisão da Direcção da ANS de 2003 ser o ano das carreiras.

✕ 8 de Julho de 2003 reunião de trabalho com o SEDAC, após pedido, com carácter de urgência da ANS feito em Abril, para tratar das injustiças praticadas pela aplicação do art. 190.º do EMFAR (actual art. 189º) e na qual propusemos uma solução, que colheu a simpatia do MDN.

✕ 18 de Julho de 2003 entrega no gabinete do MEDN de um abaixo assinado, com cerca de 3000 assinaturas de Sargentos, acompanhando um documento contendo as nossas propostas de alteração ao EMFAR.

✕ 23 de Julho de 2003 audiência com o Superintendente do Serviço de Pessoal da Armada por delegação do CEMA, para darmos conta da proposta apresentada pela ANS na reunião com o SEDAC de 8 de Julho.

✕ 29 de Julho de 2003 audiência com o CEMFA para darmos conta da nossa proposta apresentada ao SEDAC.

✕ 13 de Agosto de 2003 audiência com o CEMGFA para darmos conta da proposta apresentada ao SEDAC.

✕ De 28 de Outubro a 13 de Novembro de 2003 realização de Encontros Regionais de Sargentos nos núcleos espalhados pelos país, para balanço e perspectivas.

✕ 15 de Novembro de 2003 entrega das resoluções aprovadas nos Encontros Regionais acompanhado do documento "MANIFESTO da NOSSA INCOMODI-

DADE", no gabinete do MEDN.

✕ 20 de Novembro de 2003 Jornada Nacional de Reflexão "Vamos ao Parlamento", efectuada à hora do almoço, em todo o país, e presença de Sargentos no plenário da A.R. assistindo ao debate do Orçamento de Estado ao final da tarde.

✕ 27 de Janeiro de 2004 audiência com o CEMGFA em que são apresentadas grandes preocupações pela falta de resposta aos nossos problemas.

✕ De 28 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 2004 comemorações do 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento – em que uma vez mais a tónica principal são os problemas de carreira e que decorrem sob o lema "Nunca Desistir".

✕ 6 de Fevereiro de 2004 audiência com o SEDAC em que uma vez mais colocámos problemas de carreira em cima da mesa. Audiência reportada em comunicado com o título "UMA MÃO CHEIA DE QUASE NADA".

✕ 17 de Fevereiro 2004 audiência com o CEMGFA onde uma vez mais apresentámos os nossos problemas e as propostas para a sua resolução.

✕ 5 de Março de 2004 "discussão" em plenário da A.R. da petição apresentada pela ANS, da forma como reportámos em comunicado com o título "E AGORA, SENHORES DEPUTADOS?".

✕ 9 de Março de 2004 audiência com o CEME onde foram apresentadas as nossas preocupações sobre o desenvolvimento das carreiras.

✕ 4 de Abril de 2004 realização do almoço comemorativo do 30º Aniversário do 25 de Abril, onde a questão das carreiras foi uma vez mais a tónica dominante.

Como se conclui as acções desenvolvidas são mais que muitas, para além de contactos mais informais tidos com elementos do MDN. Como todos sabemos não resultaram em nada, para além de algumas promessas públicas da tutela, mesmo estas claramente promessas de ocasião.

Caravana da indignação

Após um profundo debate sobre esta matéria e face à falta de respostas por parte do Ministério da Defesa às propostas e diligências efectuadas pela ANS, os presentes, por maioria esmagadora, deliberaram promover uma caravana auto-

móvel nas imediações do edifício do MDN, no dia 25 de Maio, denominada "Caravana da Indignação".

Junto ao MDN, o vice-presidente da ANS, Álvaro Martins, ouvido pela comunicação social, afirmou que a iniciativa teve como objectivo demonstrar a indignação dos sargentos pela falta de sensibilidade, vontade política e de respostas concretas, por parte do Ministério da Defesa relativamente às diligências feitas, ao longo dos últimos dois anos, pela ANS junto do MDN. O vice-presidente da Direcção da ANS afirmou também, depois de explicar a actual situação das carreiras dos sargentos, ser inadmissível manter o actual modelo de gestão das carreiras, pois não há motivação que resista quando se passam 16, 17 ou 18 anos no posto de Primeiro-Sargento. O ministro da Defesa e as chefias militares têm que olhar com séria preocupação e vontade de encontrar, juntamente com a ANS, as soluções que permitam um fluxo de carreiras motivador, integrado e justo e, essas soluções passam por alterar o EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), tendo como base as propostas apresentadas pela ANS ao MDN, e a actualização dos Quadros Orgânicos, que por força de lei, deveriam ter sido actualizados em 1997.

Quanto à participação na iniciativa, Álvaro Martins adiantou terem sido superadas as expectativas mais optimistas, já que se encontram perto de duas centenas de viaturas presentes, que como foi possível verificar, faziam umanel completo em torno do percurso escolhido, envolvendo a iniciativa perto de trezentos militares. A concluir, o vice-presidente da ANS afirmou fazer votos sinceros para que a tutela encarasse este grande problema com outra sensibilidade e vontade política, pois já chega de falsas promessas. Afirmou ainda que não é por omissão que se resolve este ou qualquer outro problema, mantendo a ANS total disponibilidade para contribuir com o seu empenho e determinação para o encontrar das soluções urgentes e necessárias.

De várias unidades do País chegaram à ANS mensagens de solidariedade com os camaradas que estavam presentes na caravana da indignação e de apoio e confiança na ANS. ▲

Cartas dos LEITORES

Pupilos do Exército Educação paga a preços exorbitantes!

Quero em primeiro lugar apresentar os meus cumprimentos aos camaradas de todos os Ramos das Forças Armadas.

O meu intuito ao escrever esta carta aberta, é o de dar a conhecer as dificuldades criadas pelos elevadíssimos valores das mensalidades praticadas nos institutos de ensino de cariz militar, nomeadamente no Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE), no Colégio Militar (CM) e no Instituto de Odivelas (IO) e que são determinados pelas chefias do Exército.

No caso concreto do IMPE, estabelecimento onde o meu filho está matriculado como aluno interno, tenho verificado que desde 1998 as mensalidades têm aumentado vertiginosamente tornando-se cada vez mais incomportável para um Sargento suportar tão elevados valores e a situação é ainda muito mais grave no caso de camaradas que têm lá dois filhos matriculados, tornando-se um verdadeiro sufoco.

Apesar de nestes dois últimos anos os militares não terem visto os seus vencimentos actualizados, tendo por isso per-

dido muito poder de compra, as mensalidades continuam a aumentar e já sabemos neste momento os valores a pagar no próximo ano lectivo. No meu caso irei pagar 400 Euros por mês. Para os camaradas com dois filhos é só fazer as contas: $2 \times 400 = 800$ Euros. E há ainda quem pague mais!

A estes valores acrescem ainda as despesas com fardamento, botas, material escolar e até com os lençóis e fronhas para a cama, tudo suportado pelos encarregados de educação.

Além disso penso que seria bom não esquecer que na génese do IMPE esteve a criação de um estabelecimento de ensino de cariz social, que se tem vindo a desvanecer, mas que muita falta faz.

Há dois ou três anos atrás anunciou-se o fim dos Pupilos do Exército, chegando mesmo a estarem canceladas as matrículas. No entanto, a intervenção do Ministro da Defesa veio fazer recuar essas intenções da Chefia do Exército e fiquei com a ideia de que o assunto estava resolvido. Neste momento a minha opinião é outra. Com aumentos destes nas mensalidades estão a afastar os militares de matricular os seus filhos neste instituto, por impossibilidade de suportarem tão avultadas despesas, o que se confirma pelo elevado número de vagas que anualmente ficam por preencher. Acresce o facto de também já se aceitarem matrículas de crianças cujos pais não são militares. Neste contexto, dentro em breve, será fácil justificar o fecho da instituição alegando que não se justifica a sua existência por falta de candidatos. Será que a minha análise está errada?

Por último dirijo uma questão aos Sargentos:

- Achará algum dos meus camaradas que estão a ler esta carta que é possível um simples Sargento da nossa guerra, usufruir de um ensino de melhor qualidade para os seus filhos?

Desenganam-se! É pura e simplesmente impossível!

É mesmo só para ricos...

Despeço-me com um abraço cordial.

Um sargento indignado

Polícia Aérea Que futuro?

Sou Primeiro Sargento da Polícia Aérea e, depois de falar com vários camaradas meus de diversas unidades, resolvi escrever esta pequena carta no sentido de alertar as entidades responsáveis para a situação que está a afectar a minha especialidade, pois tenho a sensação que a chefias ainda não se aperceberam da gravidade do problema, ou, caso contrário, poderá este alheamento significar o fim da especialidade Polícia Aérea num futuro próximo?

Ao longo dos últimos anos, os ingressos no nosso quadro por via do CFS, têm sido muito diminutos, senão mesmo insignificantes, o que tem provocado um envelhecimento do quadro. Tal facto, conjugado com a deslocação de pessoal PA para outros serviços não relacionados com a segurança das unidades tem levado a situações de grande carência nos efectivos das esquadras de polícia aérea, sendo a situação de tal modo grave que actualmente em muitas unidades os serviços de escala aos Centros Coordenadores de Defesa (CCD) são efectuados, em grande parte, por pessoal técnico

(mecânicos, electricistas, secretariado, etc.) sem formação adequada para o desempenho dessas funções. Esta situação é agravada ainda pela grande carência de efectivos a nível da categoria de Praças, que impede a constituição de pelotões em número suficiente que garantam uma segurança efectiva e eficaz dos perímetros de segurança das nossas unidades e obriga a uma rotatividade muito intensa das escalas de serviço, o que leva muitas vezes os jovens ao abandono das fileiras no fim do primeiro contrato, por verificarem que as promessas das campanhas de recrutamento nada têm a ver com a realidade que encontram nas unidades onde prestam serviço.

Verifico também que, com o passar dos tempos, os Oficiais PA deixaram de fazer serviço ao CCD, ficando esta função apenas para Sargentos.

É este o quadro da segurança das unidades na Força Aérea: pessoal sobrecarregado e em pouca quantidade e em muitos casos desmotivado pelos demais problemas que afectam a generalidade do pessoal da FAP.

Entretanto, a idade vai avançando e um grande número de camaradas, principalmente 1SAR, aproximam-se a passos largos dos 45 anos de idade e a energia e a predisposição já não é a mesma para se suportar as longas horas de permanência em guardas de honra e outras cerimónias do género que acabam sempre por cair em cima dos mesmos.

Fica assim lançado o alerta, para que quem de direito possa tomar as medidas necessárias à resolução destes problemas que vêm afectando a minha especialidade e o pessoal que a compõe, que apesar de tudo continuam a cumprir a missão com a mesma dedicação e empenho, embora com muito menos alegria...

1SAR/PA - FAP ▲

J. GOMES & GOMES, LDA.

CONSTRUÇÃO CIVIL

RECONSTRUÍMOS O PASSADO,
CONSTRUÍMOS O PRESENTE E O FUTURO

ORÇAMENTOS GRÁTIS!

FAZEMOS TRABALHOS PARA:
Toda a zona Centro do país
Zona da Grande Lisboa,
Vale do Tejo e outras

CONTACTE-NOS!
Casais dos Vales - Landal
2500 Caldas da Rainha



DESCONTOS

5% e 20%

Tel/Fax: 243 992 681 ✕ Tel: 262 949 467 ✕ Tlm: 91 979 76 28

Actividade ASSOCIATIVA

Para retratar um pouco do que tem sido a intensa actividade da ANS, destaca-se alguns dos eventos em que estivemos envolvidos:

28JAN – Início das comemorações do 31 de Janeiro de 1891 – Dia Nacional do Sargento;

- Entroncamento (V. N. Barquinha) – jantar promovido pelos núcleos regionais da ANS, representada por L. Coelho, F. Freire, M. Pereira, A. Silva e A. Ramos;

- Figueira da Foz – jantar comemorativo organizado pelo núcleo local. ANS representada por A. Martins e J. Coutinho;

- Lamego (e Vila Real) – jantar comemorativo organizado pelos núcleos locais. ANS representada por E. Balsa.

29JAN – Porto – jantar comemorativo, presentes os vários núcleos da ANS da região do grande Porto. ANS representada por E. Balsa e T. Silva;

- Estremoz – jantar comemorativo organizado pelos núcleos regionais (Estremoz, Évora e Elvas). ANS representada por A. Martins e Hilário.

30JAN – Viseu – jantar comemorativo organizado pelo núcleo local. ANS representada por L. Coelho e A. Martins.

31JAN – Lisboa – eleições e comemoração do 31 de Janeiro, no salão da Voz do Operário;

- Madeira – jantar comemorativo organizado pelo núcleo regional. ANS representada por L. Coelho;

- Açores, Ponta Delgada – jantar comemorativo organizado pelo núcleo regional. ANS representada por E. Balsa;

- Távira – almoço comemorativo organizado pelo núcleo regional. ANS representada por A. Correia;

- Chaves – jantar comemorativo organizado pelo núcleo regional.

01FEV – Açores, Ponta Delgada – Debate organizado pelo núcleo regional e integrado nas comemorações do 31 de Janeiro. ANS representada por E. Balsa.

04FEV – Beja – comemorações do 31 de Janeiro. ANS representada por L. Coelho

- Leiria/Monte Real – jantar comemorativo organizado pelos núcleos regionais da BA5 e do RA4. ANS representada por A. Martins e J. Pereira.

05FEV – Fóia (Monchique) – jantar comemorativo organizado pelo núcleo local. ANS representada por L. Coelho.

06FEV – Audiência com Secretário de Estado da Defesa e dos Antigos Combatentes. Delegação da ANS: L. Coelho, E. Balsa, A. Martins e J. Pereira.

07FEV – Açores, Terceira – comemorações do 31 de Janeiro, com um jantar organizado pelo núcleo regional da FAP. ANS representada por J. Pelado.

17FEV – Audiência com o General CEMFA. Delegação da ANS: L. Coelho, E. Balsa, A. Martins e F. Freire.

18FEV – Debate AOFA/ANS no IASFA, em Oeiras;

- Reunião conjunta ASMIR, AOFA e ANS com vista ao 89.º Presidium da EUROMIL.

19FEV – no CSA, reunião preparatória para as comemorações do 30.º aniversário do 25 de Abril, entre ANS, CSA, CSE e CSFA.

22FEV – 29.º aniversário do CSA. ANS representada por L. Coelho.

26FEV – reunião dos Órgãos Sociais recentemente eleitos.

28FEV – no CSA, reunião preparatória para as comemorações do 30.º aniversário do 25 de Abril, entre ANS, CSA, CSE e CSFA.

02MAR – 4.º aniversário da APA. ANS representada por L. Coelho e A. Martins.

04MAR – Reunião conjunta ASMIR, ANS, AOFA e APA com vista ao 89.º Presidium da EUROMIL;

- Reunião da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril, na Junta de Freguesia de S. João.

05MAR – "Discussão" no plenário da Assembleia da República da petição entregue pela ANS.

08MAR – Audiência na Comissão de Defesa Nacional sobre alterações à Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro. Delegação da ANS composta por L. Coelho e A. Martins.

09MAR – Audiência com o General CEME. Delegação da ANS: L. Coelho, E. Balsa e A. Martins.

17MAR – Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais eleitos em 31 de Janeiro.

20MAR – Integração da Comissão de Honra, a convite da C. M. Oeiras, e participação em eventos sob o título "Guerra de África – 30 anos do 25 de Abril". ANS representada por L. Coelho.

22MAR – Audiência concedida por S. Ex.ª o Presidente da República aos presidentes das quatro associações de militares (ASMIR, ANS, AOFA e APA).

25 a 28MAR – 89.º Presidium da EUROMIL, em Lisboa.

30MAR – Lançamento do livro "Associações Profissionais em Portugal", organizado pelo Prof. João Freire, no auditório do ISCTE. ANS representada por L. Coelho.

02ABR – Cerimónia comemorativa do 30.º aniversário do 25 de Abril, organizada na Voz do Operário, pela Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa, onde se integra também a ANS, que esteve representada por L. Coelho e A. Martins.

04ABR – Almoço comemorativo dos 30 anos da revolução de Abril, organizado pelos Clubes de Sargentos dos Ramos e ANS.

17ABR – Cerimónias organizadas pela Liga de Combatentes, presididas por S. Ex.ª o Presidente da República, alusivas ao 86.º Aniversário da Batalha de La Lys e 68.º Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido, no Mosteiro da Batalha. ANS representada por L. Coelho e M. Pereira.

20ABR – Reunião com sargentos da BA5-Monte Real, na Marinha Grande. Delegação da ANS: L. Coelho, A. Martins e J. Pereira.

22ABR – Colóquio organizado pelo Departamento de História da Escola Básica 2,3 de Freiria, no âmbito do 30.º aniversário do 25 de Abril de 1974. Participação da ANS por L. Coelho e C. Gervásio.

23ABR – A convite de S. Ex.ª o Presidente da República, participação na cerimónia integrada nas comemorações do 30.º aniversário do "25 de Abril", na Escola de Sar-

gentos do Exército, assinalando o papel desempenhado em 16 de Março de 1974 pelo antigo Regimento de Infantaria n.º 5. Delegação da ANS: L. Coelho, E. Balsa, J. Pereira e C. Carvalho.

24ABR – Seminário Internacional "Os 30 anos da Revolução Portuguesa – a actualidade internacional das transformações e ideais de Abril", organizado pelo PCP, no auditório da Faculdade de Psicologia, em Lisboa. Delegação da ANS: L. Coelho, A. Martins, J. Pereira e C. Gervásio;

- Almoço comemorativo do 30.º aniversário do "25 de Abril" organizado pelo CPA-Clube de Praças da Armada. ANS representada por A. Tomás.

25ABR – Cerimónia presidida por S. Ex.ª o Presidente da República e Desfile Militar na Avenida da Liberdade. ANS representada por L. Coelho;

- Almoço comemorativo do 30.º aniversário do "25 de Abril" organizado pelo CSA-Clube do Sargento da Armada, na Delegação, no Feijó. ANS representada por A. Martins;

- Almoço comemorativo do 30.º aniversário do "25 de Abril" organizado pela ANMM-Associação Nacional dos Militarizados da Marinha, em Vale de Milhaços. ANS representada por A. Vidal.

26ABR – Cerimónia de "Agradecimentos" por ocasião do 30.º aniversário do 25 de Abril, a convite de S. Ex.ª o Presidente da República, no Pavilhão de Portugal, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho e T. Silva.

05MAI – 20.º aniversário da Delegação do CSA-Clube do Sargento da Armada, no Feijó. ANS representada por L. Coelho.

14MAI – Cerimónia do 30.º aniversário da ADFA-Associação dos Deficientes das Forças Armadas, presidida por S. Ex.ª o Presidente da República. ANS representada por L. Coelho;

- Almoço/Convívio com Sargentos da DASP, Lisboa. ANS representada por E. Balsa e J. Pelado;

- Reunião de delegados do núcleo de Viseu. Delegação da ANS: L. Coelho, A. Martins e J. Pelado.

15MAI – Reunião de delegados

do núcleo de Lamego. Delegação da ANS: L. Coelho, A. Martins e J. Pelado;

- Reunião de delegados do núcleo de Vila Real. Delegação da ANS composta por L. Coelho, A. Martins e J. Pelado.

16MAI – Reunião de delegados do núcleo do Porto. Delegação da ANS: L. Coelho, A. Martins e J. Pelado.

17MAI – Assembleia Geral de Apresentação de Contas, Plano e Orçamento.

18MAI – Reunião de delegados da região do Entroncamento. Delegação da ANS composta por L. Coelho e A. Morais;

- Reunião com sargentos do núcleo de Beja. Delegação da ANS: A. Martins e J. Pereira.

19MAI – Reunião de delegados dos núcleos de Estremoz e Elvas, em Estremoz. Delegação da ANS: L. Coelho e A. Martins.

20MAI – Encontro Regional de Sargentos da região de Lisboa, na Voz do Operário.

25MAI – "Caravana da Indignação" nas imediações do edifício do Ministério da Defesa.

27MAI – As associações de militares (ASMIR, ANS, AOFA e APA) entregam petição na Assembleia da República e promovem jantar conjunto.

01JUN – Inauguração de exposição de pintura do nosso camarada SCH Luís Figueiredo, na Messe de Sargentos de Lisboa. ANS representada por L. Coelho.

07JUN – Almoço/Convívio com Sargentos do RII-Carregueira. Delegação da ANS composta por E. Balsa e J. Pelado.

11JUN – Almoço/Convívio com Sargentos do RAA1-Queluz. ANS representada por E. Balsa e J. Pelado;

19JUN – Comemoração, em Lisboa, do 15.º aniversário da ANS.

22JUN – Audiência com o grupo parlamentar do PSD. Delegação da ANS: L. Coelho, A. Martins e E. Balsa.

23JUN – Reunião com os Órgãos Sociais da APA-Associação de Praças da Armada para discussão de questões relacionadas com a EUROMIL. Delegação da ANS: L. Coelho e E. Balsa. ▲

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Grupo Totta

Protocolo entre a ANS e o Grupo Totta — Totta, Crédito Predial e Santander — em vários produtos e serviços: Contas, Crédito Habitação, Crédito Pessoal, entre outros.

Obtenha informações junto de qualquer balcão do Grupo Totta. ●

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

■ Entroncamento, Zona Industrial — Telef. 249 720 059

■ Lagoa (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3

■ Vila Nova de Gaia — Rua Cons. Velloso da Cruz, 81. ●

Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, da Motril, Lda, para a venda de caravanas e autocaravanas, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de 4% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em

acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses.

OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

■ Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.

■ Exposição e vendas: Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

Pneus, peças e acessórios

Protocolos da ANS com:

■ GraciAuto, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A
Tel: 249 725 649.

Entroncamento ●

■ Sulpneus, com 20% de descontos na prestação de serviços (alinhamento de direcção, montagem de escapes, discos e amortecedores, focagem de faróis, equilíbrio de rodas, pré-inspecção).

Rua Álvaro Ferreira Alves, 7 - Zona Industrial de Sta Marta do Pinhal - Corroios
Tels.: 21 254 39 36 / 21 254 38 84 ●

Combustíveis CEPSA

Protocolo com a CEPSA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus

familiares directos. O montante de 0,03 € por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lubrificantes, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPSE.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPSE para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

Medicina dentária

Protocolos com:

■ Lubidente - Centro Médico e Dentário, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodontia.

Rua Prof. Noronha Feio, 12 A Queijas
Tel. 214 160 672 / 919 469 529

■ Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago, com descontos de 15% nos

tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)

Entroncamento
Tel. 249 725 767 ●

Aluguer de viaturas

Na National (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruirmos deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ílhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Frágoso, 4, em Évora, que pratica um desconto de 15%+5% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Um dos aspectos interessantes é o facto desta firma ter uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 5% de desconto. ▲



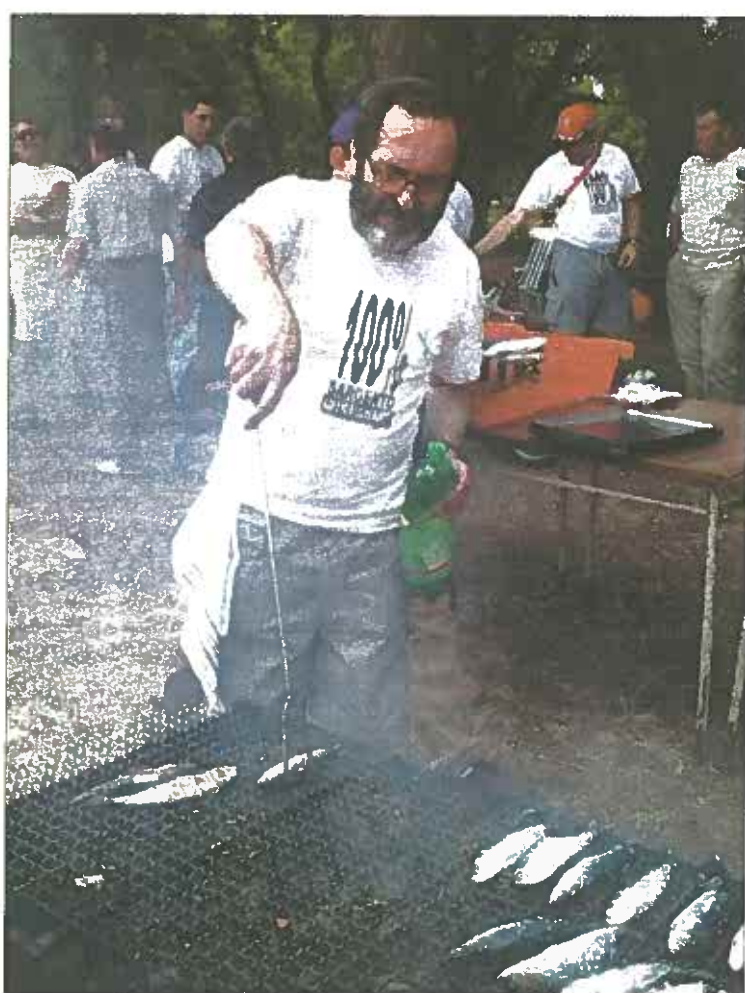
15.º Aniversário da ANS comemorado com luta e alegria

A ANS comemorou este ano o seu 15.º aniversário, oficialmente a 10 de Junho. Entre algumas iniciativas que acontecem em diversos locais do país, por iniciativa dos núcleos de delegados da ANS (como, por exemplo, a iniciativa dos delegados da região militar do Entroncamento, com uma descida do rio Zêzere e um jantar) damos conta do "Churrasco" organizado em 19 de Junho, numa das inúmeras zonas aprazíveis do Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa, mais precisamente no "Parque de Merendas do Calhau".

Esta realização da ANS para todos os sargentos e famílias pretendeu, também, ser uma forma de assinalar o início da época de férias e proporcionar a todos um salutar convívio em que as famílias possam estar presentes e partilhar do espírito de unidade e camaradagem que nos tem mantido unidos e coesos na defesa intransigente dos nossos direitos e na busca de soluções para os inúmeros problemas que nos preocupam!

Desta vez, o principal objectivo do encontro foi predominantemente lúdico e de confraternização, e permitiu às nossas famílias recuperar um pouco de alguma desatenção que, reconhecemos, nos é muitas vezes imputada, por via das lides associativas. Na altura de cantar o inevitável "Parabéns à ANS" o presidente da Direcção, Lima Coelho, dirigiu aos presentes umas breves palavras que passamos a transcrever:

"Quando, há quinze anos atrás, na sequência do histórico



encontro de Sacavém, alguém ousou vaticinar que este movimento dos Sargentos não teria mais de seis meses de vida e que, se determinadas medidas, incluindo as punitivas, fossem tomadas, este movimento tenderia a esvaziar-se, não dimensionou o quanto se enganava. A melhor resposta é esta, a nossa

presença, a nossa perseverança.

Já nessa altura, os mesmos autores agitavam os fantasmas das ligações político-partidárias e os objectivos sindicalistas camuflados, para argumentar que também por esta via, o movimento se fraccionaria! A melhor resposta é esta, a nossa presença, a nossa perseverança.

Contudo, os mesmos autores, ou os seus herdeiros, não deixaram nunca de estar activos e muito difícil lhes tem sido engolir as vitórias, que pela força da nossa luta temos alcançado. Tão difícil tem sido que continuam a esgrimir alguns dos mesmos argumentos. Só que agora, de formas mais sofisticadas e, essas sim, camufladas de pretensa abertura e respeito!

Só que estes quinze anos de vida também nos ensinaram a entender os cenários que em cada horizonte se desenham. E os que actualmente estão à vista são preocupantes. Lidamos com mestres na arte da ilusão! Na arte de transformar mentiras em verdades (é a história dos aumentos zero quando de facto estamos piores; é a falsa afirmação de que os sargentos foram aumentados; o reconhecimento das uniões de facto que afinal nunca mais o é; a resolução dos problemas de carreira, etc). Mais grave, especialistas na arte de fazer crer que nos ouvem e respeitam, apenas com o intuito de nos silenciar, sossegar, desmobilizar e dividir.

Mas a nossa resposta, a resposta dos Sargentos de Portugal (e suas famílias) é e será sempre firme, porque sabemos de que lado está a razão... e como dizia o poeta "...a razão mesmo vencida não deixa de ser razão..."!

Para terminar gostaria de lembrar um homem que disse:

"Há homens que lutam um dia e são bons;
Há homens que lutam um mês e são melhores;
Há os que lutam um ano e são muito bons;
Mas há os que lutam toda a vida e esses, esses sim, são imprescindíveis!"

Este convívio foi pleno de momentos agradáveis e reconfortantes. Foi extremamente importante numa altura em que as férias se aproximam e nos preparamos para uma época de repouso e relaxe, com vista a recuperar as forças e retemperar energias que se foram desgastando ao longo dos nossos continuados esforços para a prossecução dos nossos objectivos. ▲

EDITORIAL

Continuação da 1.ª página

las por nós preconizadas e defendidas e, simultaneamente proceder-se à actualização dos quadros orgânicos (DL n.º 202/93), actualização que já leva sete anos de atraso, de acordo com o próprio preâmbulo deste diploma.

Se por um lado nos congratulamos com a promoção de camaradas nossos por força das medidas encontradas, não podemos deixar de denunciar o quanto de injusto e discriminatório estas medidas o são para todos os que não forem agora e exclusivamente abrangidos por elas.

Estamos convictos que se perderá, uma vez mais, uma oportunidade, e neste caso de ouro, para que, de uma vez por todas, se encontrassem soluções justas, motivadoras e integradas para esta matéria tão cara aos Sargentos de Portugal!

Por último, gostaríamos de fazer uma breve consideração sobre **patriotismo, direitos e deveres**. Afinal, os condimentos essenciais à chamada condição militar. Estamos certos que ninguém terá dúvidas quanto ao seu entendimento por parte dos Sargentos de Portugal, assim como ao respeito que a instituição lhes merece, enquanto tradução dos mais altos valores pátrios que a todos nos regem.

Já quanto aos comportamentos e às aspirações de bem estar que, obviamente não podem estar imunes da sociedade onde nos inserimos, esses não podem ser confundidos com o respeito sagrado pela condição militar e pela instituição, pelo simples facto de serem directamente influenciados por homens e terem a possibilidade de padecer dos erros e dos defeitos da condição humana. Quando a justiça das nossas aspirações apenas colide com a surdez, a incúria ou a insensibilidade dos homens, que mesmo responsáveis não têm o estatuto de instituições, é nesse plano que temos de considerar o desenvolvimento do nosso direito de pugnar por aquilo que nos é devido, enquanto cidadãos.

Confundir estes dois estádios de relacionamento – um com a instituição, a Nação e a própria condição militar e o outro com os homens que efémera e casuisticamente representam o poder do Estado – para além de injusto, pode ser perigoso, enquanto gerador de conceitos sobre aquilo que é o rigoroso cumprimento da missão e as condições sociais, humanas e económicas, que em cada momento, por via de condicionamentos políticos, estruturais ou de mera filosofia mais ou menos liberal, são proporcionados aos militares, enquanto cidadãos, integrados na tal sociedade global de tanto se faz gala actualmente.

Convém pois medir as distâncias e avaliar os diferentes campos em que cada coisa se joga! ▲

Atenção sócios da ANS

Recebemos, por vezes, exemplares de "O Sargento" devolvidos pelos Correios sempre que fazemos a expedição para a residência dos sócios da ANS.

Na quase totalidade dos casos, tal devolução deve-se a motivos de ausência. Deste modo, apelamos aos sócios da ANS que, SEMPRE QUE MUDEM DE RESIDÊNCIA, COMUNIQUEM A NOVA MORADA AOS SERVIÇOS DA ANS.

De igual modo, se mudar de banco, ou de balcão dentro do mesmo banco, a ANS fica impossibilitada de cobrar as quotas. Por isso, também se solicita aos sócios que, SEMPRE QUE MUDEM DE BANCO, PREENCHAM, ASSINEM E ENVIEM AOS SERVIÇOS DA ANS A DECLARAÇÃO BANCÁRIA (a qual se deve pedir [por carta, fax, telefone ou mail] à secretaria da ANS). ▲